



AGO
2018

Boca no Trombone 3

Lava Jato dos Radiofármacos

Cadê as “autoridades”?

Reação em Cadeia

Bom pessoal, para aqueles que chamaram a ASSIPEN de irresponsável e que estava fazendo um desserviço ao IPEN e CNEN informamos que já está em circulação o relatório da CGU número 201603339, que pode ser acessado pelo “MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO”, que trata de:

- Analisar aquisições de equipamentos;
- Analisar processos de contratação de empresas para o fornecimento de embalagens especiais utilizadas para o despacho dos radiofármacos produzidos pelo IPEN, bem como sua execução contratual;
- Analisar contratações de empresas para fornecimento dos radioisótopos utilizados na produção dos radiofármacos;
- Avaliar procedimentos e rotinas relacionados à gestão de estoques;
- Avaliar a gestão da frota utilizada pelo IPEN no transporte de material radioativo.

Os itens acima foram tirados do próprio relatório e o **item 3 abaixo** foram as conclusões da auditoria realizada pela CGU que está localizada na última das 155 páginas do relatório:

3. Consolidação de Resultados – página 155.

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais não está adequada e exige providências de regularização por parte dos gestores federais.

Do montante fiscalizado de R\$ 150.840.650,70, foi identificada necessidade de ressarcimento de prejuízo estimado de R\$ 17.973.258,58, referente aos itens 2.1.11, 2.1.12 e 2.1.18 deste relatório. Além disso, foi apurado prejuízo potencial de R\$ 17.680.276,48, em relação aos itens 2.1.2, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.10, 2.1.25 e 2.1.26 deste relatório.

Destacam-se, a seguir, as situações de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade da gestão do IPEN, no que tange às análises realizadas:

- *Contratação de empresa para fornecimento de Tálzio-201 e Gálio-67 por valor R\$ 881.478,69 superior ao valor de proposta recebida, em virtude da modalidade de licitação realizada;*
- *O sistema de transporte pneumático instalado, cujo custo em valores atuais atinge cerca de R\$ 1,9 milhão, encontra-se desativado;*
- *Equipamentos adquiridos para utilização no Centro de Radiofar-*

mácia, no valor de cerca de R\$ 15.000.000,00, dentro do projeto de Adaptação às Boas Práticas da Anvisa, estão sem utilização;

- Existência de equipamentos não instalados e sem previsão de utilização no montante de R\$ 425.297,79;

- Ausência de controles no recebimento e na administração dos estoques de embalagens adquiridas pelo Centro de Radiofarmácia;

- Aceitação do risco, ao terceirizar a certificação pelo CDTN, de que projetos do IPEN de embalagens fossem patenteados, com potencial de tornar o Instituto dependente das embalagens da MMConex;

- Irregularidades na execução dos contratos firmados para aquisição de embalagens. Prejuízos estimados de R\$ 14 milhões;

- Reutilização de embalagens sem a devida validação;

- Recebimento de embalagens sem respaldo contratual e pagamentos por parte do IPEN;

- Sobre-preço de itens e serviços contratados para o despacho de radiofármacos;

- Falhas na formalização e execução de convênio firmado com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo: Ausência de instrumento jurídico e contrapartida financeira para distribuição de radiofármaco 18F-FDG, informada pelo IPEN como Convênio em 2015. Recebimento parcial de contrapartida financeira, com ausência de integralização de R\$ 861.850,00 em 2016;

- Distribuição gratuita de radiofármacos a título de bonificação sem respaldo jurídico.

Os gritos e negritos são nossos, para quem sabe, percebam o que acontece em nosso Instituto e para onde vai o dinheiro público, fruto dos nossos impostos.

A CGU não esteve no IPEN por ação divina não!!! Mas sim, foi pela **coragem de servidores** que já não aguentavam mais ver tanta irregularidade descarada de certos dirigentes, chefes, superintendentes, diretores e servidores (alguns) que se venderam para sustentar as falcatruas descritas acima, denunciando aos órgãos competentes. Até que um dia as evidências se tornaram concretas e desencadeou esta auditoria.

Na ASSIPEN, enxurrada de denúncias eram feitas a mais de dez anos, porém nada de concreto era evidenciado, até que um dia a CGU apareceu, assim como o Sol no horizonte.

Na última reunião do dia 29 a ASSIPEN deixou claro, diante do relatório da CGU, que o afastamento de algumas pessoas do CR se faz necessária diante de tamanho descaso com o dinheiro público.



Querem mais?

Aí vai!!!!

Bom, uma longa história que aliás foi discutida na reunião com o superintendente. Tentarei ser curto:

Fevereiro/2018 a Coisa emite relatório afirmando que se não houver contratação de novos funcionários para o setor (CR), a produção será suspensa (produção de Kits e flúor). A chefe da garantia da qualidade enviou este relatório para direção da casa (IPEN) e pediu providências.....

Abril/2018 tiveram reunião em Brasília com a Anvisa e ela disse que a direção da CNEN alegou que não tinham conhecimento do caso da Covisa.

Sexta-feira (8 junho de 2018) à tarde foram chamados pelo Covisa (COVISA - Coordenadoria de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal Saúde de São Paulo) e eles proibiram a venda destes produtos.

Ahhhh! Mas que crueldade!!! Acontece que a ANVISA está alertando o IPEN há pelo menos 5 anos, ou seja, quem é o responsável por se ter chegado a essa situação de total irresponsabilidade e incompetência, hein?

Quem? Quem? Não é o Raimundo Nonato.

Ora! Ora! Leia o relatório da CGU e quem era o Super neste período e agora é diretor na CNEN, valendo uma GEPR!!!!!!!!!!!!!!

Recordar... é viver!!!

O Boca no Trombone número 1 já denunciava todas essas irregularidades para a administração atual, que se limitou a tomar como reconhecimento, apenas algumas ações administrativas coibindo algumas destas práticas, porém mantendo no cargo os principais responsáveis e por último chegou até a admitir eleições para chefia, algo nunca visto neste centro.

Claro! Sempre tentando amenizar e arrumar explicações nada convincentes.

O pior de tudo é que apesar das evidências esses chefes/diretor(es) continuam ocupando cargos e participando de comissões de alto nível, como gostam de rotular, para discutir o futuro do IPEN, o futuro dos radiofármacos, o futuro da CNEN e assessorando o projeto do RMB.

O que mais precisa acontecer para a direção do IPEN e da CNEN tomarem as devidas providências, agora que é a CGU que está relatando, não é mais a ASSIPEN.

Plano Médico:

Promessas e mais promessas e nada acontece

Como já divulgado o plano médico da CNEN está endividado nos seus estados e os planos de autogestão no País também.

Sem a paridade e com os problemas de idade, aposentadoria, falta de concurso, falta de reajuste salarial, altos preços praticados e por aí vai, as Associações da CNEN tem cobrado do presidente ações no MCTI para pagar a dívida o mais rápido possível.

Está sendo solicitado aproximadamente **R\$ 20.000.000,00** (e mais a paridade), caso contrário sucumbiremos todos em pouco tempo. Na primeira reunião o presidente deixou transparecer o aporte financeiro estava encaminhado, depois disto não conseguimos mais realizar reunião apesar dos inúmeros pedidos, nem sequer respondem.

Estamos programando uma manifestação em frente a CNEN para que nos recebam na marra. Em Brasília as Associações também têm atuado, MCTI e Planejamento, porém sem perspectivas de

se conseguir este valor e muito menos a paridade.

A Comissão paritária e a Assipen estão tentando encontrar soluções para não onerar mais o beneficiário através de ações para conter despesas, atualmente o plano está estabilizado.

Termina a contribuição extra de 6 parcelas e não está previsto nenhum aumento até que seja esgotada todas as possibilidades em andamento.

No último dia 26 tivemos uma boa reunião com um bom número de participantes, onde foram esclarecidas algumas dúvidas sobre ações que estão sendo tomadas sobre a dívida.

As Assec's até estão programando uma caravana para o RJ caso o presidente não faça reunião a muito solicitada.

Foi aprovado na última assembleia o nome de Walter Ricci Filho na comissão paritária do plano médico.

Regime 24 horas Lá vem chumbo (Pt)



Segundo informes da Assec-RJ está sendo elaborada uma portaria para regulamentar o regime de servidores que trabalham 24 horas semanais.

Os servidores serão consultados se preferem trabalhar no período da manhã ou tarde.

Tem mais..... PL-3886/2015

Comissão de Seguridade aprova aumento de jornada para trabalhadores expostos à radiação.

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos De-

putados aprovou a Projeto de Lei 3886/15 do deputado Guilherme Mussi (PP-SP), que autoriza jornada acima de 24 horas semanais para profissionais que trabalhem diretamente com Raios-X.

O texto revoga trecho da legislação (Lei 1234/50) que limita a jornada desses profissionais a 24 horas. O relator, deputado Mandetta (DEM-MS), apoiou o texto e destacou que “não é o tempo de trabalho que define a garantia de saúde do profissional, mas sim a qualidade, a manutenção e o bom funcionamento das máquinas que se utilizam de radiação ionizante”.

Ele argumenta ainda que a lei já garante benefícios a servidores que trabalham com radiação, como o uso de equipamentos de proteção individual, a realização de exames periódicos frequentes (a cada 6 meses) e regime de férias diferenciado (20 dias por semana).

Fiquem atentos: PL-3886/2015.

Eleições para Chefia no IPEN... ...que a CTA escolhe, é mole?!

Foi deflagrado, finalmente, o processo para eleição da chefia do IPEN. Depois de muito insistência (desde o ano passado), a direção listou os centros para que candidatos se apresentem para o cargo.

Há de se destacar os ranços ditatoriais que continuam no processo, ou marcado pelos comentários de quem os elabora - “você podem fazer eleições, mas quem escolhe sou eu”, ou pelas ironias em torno do processo - “se houver dois ou mais candidatos não poderá haver votação” e “se houver o mais votado pode não ser o candidato escolhido pelo CTA”.

Para completar esse quadro, e “ajudar ainda mais”, tem Centro que candidatos são aliciados pela direção mesmo já tendo cumprido seus dois mandatos. Dizem aos quatro cantos que não continuarão e aos 15 minutos da prorrogação aparecem se candidatando, logo após a volta do prédio da administração... Ora, ora, ora.... será que o poder transforma as pessoas?

Aos diretores e servidores que ainda não entenderam a proposta, há muito trabalhada pela ASSIPEN, que é aquela de desenvolver nos servidores de cada centro a ideia de revezamento nesses cargos

com o propósito de renovação e no caso de alguns centros não deixar criar raízes e vícios proporcionados pelo poder .

Alguns ficam até morrer, caramba ô meu!!!!

A ideia se estende a diretores também, porém o autoritarismo de alguns não permite está prática.

Perai!!! Deixa eu entender: quer dizer que pode ter eleições para síndico, presidente do Corinthians, senador, deputado e presidente e não pode ter para diretor e Superintendente do IPEN?

Os servidores têm capacidade e devem assumir essa responsabilidade.



Perseguições a servidores e condutas duvidosas

Chefe e Diretor recebem advertência

Vejam porque eleições para chefia é importante em muitos casos. Em um ano tivemos dois casos envolvendo servidor e chefia, a saber:

Caso 1 - Denúncias de má conduta em práticas administrativas e técnicas no ciclotron, levaram a criação de sindicância interna que, além de apurar a veracidade das denúncias, constatou a existência de tráfico de peças nos ciclotrons do IPEN e do Rio Grande do Sul. Apesar da sindicância apontar que o servidor estava certo, o chefe foi mantido e o servidor convidado a sair do Centro.

De agora em diante todo e qualquer material que sair do IPEN deverá ser documentado (como se ninguém soubesse!), ou seja, as peças compradas pelo IPEN com dinheiro público iam e voltavam sem o menor registro e nenhuma medida era tomada contra a chefia.

Na reunião mensal com o superintendente em 29 de junho último, a ASSIPEN foi informada que o chefe receberá advertência. O chefe do Centro de Radiofármacos / Diretor também receberão.

Parece que as coisas estão começando a mudar.

Vale ressaltar e atualizar que com as eleições para chefia, tanto no CR como no Ciclotron houve mudança em todos os níveis.

Caso 2 - Servidor do CTR de muitos anos é afastado e convidado a sair devido desentendimento com a chefia e até agora não se sabe onde aloca-lo. Neste episódio a conduta da chefia com um servidor reconhecidamente íntegro e assíduo nas suas atividades foi totalmente inadequada pois o servidor está com problemas de saúde e exames periódicos atrasados. Ora, as chefias do IPEN devem "exigir e zelar" para que os servidores estejam com seus exames periódicos em dia, principalmente nas áreas que possuem material radioativo. Jamais deveriam estar na atividade designada até que seus exames estejam em dia, e depois usar este fato contra o próprio servidor para afastá-lo.

O próprio Superintendente reconheceu a falha e se comprometeu a orientar as chefias para um controle mais rigoroso no que diz respeito aos exames periódicos.

O caso ainda está em aberto, mas estamos de olho e vamos cobrar mais respeito ao servidor.

Também fomos informados nesta reunião do dia 29 que o servidor deste caso já tem um novo local para voltar a trabalhar e colocar seus exames em dia. A chefia recebeu um "puxão de orelhas" sobre sua conduta nada profissional com um servidor de excelentes antecedentes.

Afastar servidores ou não, eis a questão!



Trata-se do problema de servidores que possuem doenças graves e trabalham em áreas controladas, ou seja, laboratórios e instalações sujeitas a radiação.

A médica do trabalho não tem acatado os laudos dos médicos que tratam ou trataram pacientes com doenças graves.

O servidor está liberado pelo seu médico pessoal para voltar às atividades, porém a médica do trabalho do IPEN não entende da mesma forma e restringe as atividades.

No passado não muito distante a médica do trabalho do IPEN foi aconselhada a consultar os médicos da CNEN, reconhecidamente mais experientes no assunto e formar uma banca médica, para depois emitir um laudo definitivo sobre o retorno ou não destes servidores ao seu local de trabalho. O problema é que por muitas vezes o afastamento gera perda financeira e o servidor não quer perder. Claro que a saúde está em primeiro lugar, mas é uma realidade e o assunto está em debate.